

ISSN 3085-5624

Eixo Temático 2 - Informação, Comunicação e Processos Tecnológicos

**REPOSITÓRIO ARQUIVÍSTICO DIGITAL CONFIÁVEL APLICADO À PRESERVAÇÃO DIGITAL
ACADÊMICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: ESTUDO DE CASO*****RELIABLE DIGITAL ARCHIVAL REPOSITORY APPLIED TO THE ACADEMIC DIGITAL
PRESERVATION OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF SERGIPE: A CASE STUDY***

Alessandra Araujo dos Santos – Universidade Federal de Sergipe (UFS),
alearaujo1@academico.ufs.br, <https://orcid.org/0000-0002-8245-4406>

Carlos Lázaro Meirelles Teixeira de Souza – Universidade Federal de Sergipe (UFS),
calazaro@academico.ufs.br, <https://orcid.org/0009-0009-9508-5468>

Modalidade: Trabalho completo

Resumo: Diante do progresso acelerado das Tecnologias da Informação, este estudo aborda a importância da Preservação Digital utilizando o Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC- Arq). Apresenta-se o RDC-Arq como um método para salvaguardar os documentos acadêmicos dos alunos do Departamento de Administração Acadêmica (DAA), da Universidade Federal de Sergipe. Ademais, a pesquisa refere-se a um estudo de caso, com abordagem qualitativa e a análise documental nas diretrizes arquivísticas. Como resultado, observou-se que a ausência de um RDC-Arq no DAA compromete a integridade dos documentos. Conclui-se que o RDC-Arq contribui na garantia da preservação, autenticidade e na consulta à história institucional.

Palavras-chave: RDC-Arq; preservação digital; documentos acadêmicos.

Abstract: *Given the rapid advancement of information technology, this study addresses the importance of digital preservation using the Reliable Digital Archival Repository (RDC-Arq). RDC- Arq is presented as a method for safeguarding the academic documents of students in the Department of Academic Administration (DAA) at the Federal University of Sergipe. Furthermore, the research is a case study with a qualitative approach and document analysis based on archival guidelines. As a result, it was observed that the absence of an RDC-Arq in the DAA compromises the integrity of the documents. It is concluded that the RDC-Arq contributes to ensuring preservation, authenticity, and access to institutional history.*

Keywords: *RDC-Arq 1; digital preservation; academic documents.*

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as condições de trabalho em ambientes digitais evoluíram bastante nas instituições públicas, sobretudo nos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES). Mesmo assim, eles vêm enfrentando desafios cada vez maiores para criar e administrar sua documentação digital. O principal risco é o acesso a registros digitais: hardware e software

rapidamente se tornam obsoletos, e os formatos de arquivo perdem suporte com o tempo (Santos; Flores, 2018).

Para se evitar esse desgaste gradativo e risco tecnológico, é necessário que a Preservação Digital (PD) seja utilizada como solução para consolidar o compromisso estratégico e institucional da conservação dos registros digitais. Observa-se que não se trata tão somente da manutenção regular desses registros, mas sim da própria memória institucional preservada e acessível, composta, por exemplo, de informações administrativas, acadêmicas e históricas.

Nessa perspectiva de Preservação Digital (PD), destaca-se a Resolução Conarq nº 43, que instituiu o Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq). O RDC-Arq funciona como instrumento tecnológico essencial tanto para a gestão quanto para a preservação da documentação digital na administração pública federal. Conforme Gava, Xavier, Moraes e Flores (2024), a segunda versão desse regulamento foi publicada pela Resolução Conarq nº 51, de 25 de agosto de 2023, que revogou a norma anterior e incluiu diretrizes sobre certificação e auditoria do RDC-Arq.

Um repositório digital é concebido como um ambiente destinado à preservação dos documentos digitais sob sua custódia. Para garantir essa preservação, é necessário que as estratégias estejam devidamente documentadas em procedimentos, planos, políticas e práticas. Além disso, o repositório deve ser capaz de cumprir os requisitos arquivísticos em todas as fases da gestão documental (Conarq, 2023).

É importante reconhecer o RDC-Arq como sistema fundamental para assegurar a cadeia de custódia digital, baseada no modelo Open Archival Information System (OAIS), que preserva a autenticidade, a integridade, a confiabilidade e o acesso aos Documentos Arquivísticos Digitais (DADs) ao longo do tempo (Conarq, 2023). Dorneles, Corrêa e Flores (2023) reforçam essa perspectiva ao destacar o repositório como indispensável para garantir acessibilidade, autenticidade, confiabilidade e segurança da documentação digital. Desse modo, o RDC-Arq consolida a cadeia de custódia de documentos digitalizados no ambiente acadêmico.

Outro ponto relevante a ser abordado sobre esse repositório, de acordo com Gava e Flores (2020), diz respeito à sua importância para a PD, entendida como uma atividade contínua e planejada de manutenção digital. Nota-se também a integração da preservação

dos DADs, da gestão documental, das políticas institucionais de acesso à informação e, por último, da transparência pública.

Tendo em consideração os princípios fundamentais, teóricos e normativos, este artigo, como estudo de caso, apresenta e analisa a aplicação de um RDC-Arq no Departamento de Administração Acadêmica (DAA), setor subordinado à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Observa-se que esse departamento possui um amplo acervo de DADs, resultantes da digitalização, sendo a conversão de dossiês físicos para o formato digital. Essas documentações digitais são fundamentais para o controle, a comprovação e o histórico acadêmico dos alunos da universidade. Entretanto, apesar dessa transição do físico para o digital, esses registros ainda não estão inseridos em um ambiente digital que garanta a sua preservação arquivística efetiva, como um RDC-Arq.

É notório que a inexistência de um RDC-Arq no DAA configura uma vulnerabilidade significativa para a segurança, a preservação e o acesso futuro aos DADs acadêmicos da instituição. O que pode ser observado é o fato do armazenamento desses documentos em pastas digitais ou em servidores comuns não atenderem aos requisitos arquivísticos necessários para assegurar a autenticidade e confiabilidade documental ao longo do tempo.

Por fim, a apresentação desse repositório digital, nesse departamento acadêmico, pretende não apenas enfatizar a importância da preservação dos dossiês acadêmicos digitalizados, mas também demonstra como a adoção de soluções e práticas arquivísticas confiáveis pode garantir o pleno exercício dos direitos acadêmicos e administrativos dos alunos. Além disso, esses aspectos podem ser percebidos também através da transparência e da responsabilidade institucional diante da sociedade.

2 O RDC-ARQ COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DIGITAL DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS (DADS)

O RDC-Arq tem a sua origem relacionada à progressiva exigência de estabelecer regras, padrões e metodologias eficazes para assegurar a PD, alinhadas às normas internacionais. Nesse contexto, destaca-se o modelo OAIS, recomendado pelo CCSDS (Consultative Committee for Space Data Systems). Vale salientar que esse parâmetro de PD foi formalizado pela norma ISO 14721:2012 (revisada em 2025), que fundamenta o desenvolvimento desse

repositório. Essa abordagem tem se mostrado essencial para que organizações públicas e privadas adotem mecanismos seguros e eficientes para garantir a preservação e acesso permanente aos DADs (Brasil, 2023; ISO, 2025).

Segundo Gava e Flores (2020), sob esse ponto de vista, está ocorrendo, desde a década de 1990, a iniciativa por parte da comunidade internacional em modelagem e implementação de um RDC-Arq, visando atribuir requisitos que atribuam confiabilidade a esses repositórios. Para melhor compreensão, apresenta-se a seguir o Quadro 1, que trata sobre as bases conceituais e normativas para um RDC-Arq.

Quadro 1 - As bases conceituais e normativas para o rdc-arq

Aspecto	Descrição	Referências Normativas e Relatórios
Modelo Conceitual OAIS	Modelo aberto que define funções e metadados para a preservação e acesso, base para repositórios digitais.	ISO 14721:2025 (ABNT NBR 15472:2007)
Atributos e Responsabilidades	Definição das características essenciais para repositórios confiáveis, como gestão, segurança e acessibilidade.	Trusted Digital Repositories (RLG/OCLC, 2002)
Certificação de Repositórios	Critérios e checklist para auditoria e certificação da confiabilidade dos repositórios digitais.	TRAC (2007) e ISO 16363:2012

Fonte: adaptado de Conarq (2023) e ISO (2025).

Gava, Xavier, Moraes e Flores (2024) destacam que, diante da crescente demanda por soluções eficazes para a preservação digital autêntica e sustentável, o modelo OAIS consolidou-se como a principal referência internacional para a estruturação de RDC-Arqs. Esse modelo fornece tanto uma arquitetura funcional quanto conceitual, sendo amplamente adotado como base para o desenvolvimento desses repositórios no contexto brasileiro.

Ao descrever os principais componentes, funções e papéis envolvidos no processo de ingestão, preservação, gerenciamento e acesso à informação digital, o OAIS oferece um arcabouço robusto que assegura a interoperabilidade, a autenticidade e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais.

Para uma melhor compreensão, o Quadro 2 a seguir sintetiza as funções do modelo funcional OAIS, relacionando-as aos respectivos pacotes informacionais (SIP, AIP e DIP) e às aplicações práticas no âmbito de um RDC-Arq, conforme orientações estabelecidas pelo Conarq e pelas normas internacionais vigentes (Gava; Flores, 2020; Conarq, 2023).

Quadro 2 - Modelo Funcional OAIS e Pacotes Informacionais: Aplicações ao RDC-Arq

Função/Elemento do OAIS	Descrição	Pacote Relacionado	Aplicação no RDC-Arq
Ingestão (Ingest)	Responsável por receber os documentos digitais e metadados do produtor, validar a integridade e preparar o conteúdo para arquivamento.	SIP → AIP	Garante a entrada padronizada e segura dos DADs, transformando o SIP em AIP conforme critérios técnicos.
Armazenamento Arquivístico (Archival Storage)	Armazena e protege os Pacotes de Arquivamento (AIP) com controle de versões, verificação de integridade e cópias de segurança.	AIP	Assegura a preservação permanente e confiável dos documentos arquivísticos digitais.
Gerenciamento de Dados (Data Management)	Administra os metadados técnicos, descritivos, de preservação e administrativos, permitindo controle, busca e rastreamento.	AIP	Mantém os vínculos arquivísticos e metadados necessários para a descrição e interoperabilidade dos DADs.
Planejamento da Preservação (Preservation Planning)	Desenvolve estratégias para mitigar riscos de obsolescência tecnológica e garantir acesso a longo prazo.	AIP	Define e atualiza políticas de preservação digital conforme o ciclo de vida dos documentos arquivísticos.
Administração (Administration)	Supervisiona as operações do repositório, define políticas, aloca recursos humanos e técnicos e gerencia auditorias e certificações.	—	Sustenta a governança de um RDC-Arq e a conformidade com a ISO 16363 e a Resolução Conarq nº 43/2020.
Acesso (Access)	Disponibiliza os documentos preservados, controlando autenticação, formatos de entrega e permissões de acesso.	DIP	Entrega segura e estruturada dos DADs aos usuários autorizados, onforme diretrizes arquivísticas.

Fonte: adaptado de Conarq (2023) e Gava e Flores (2021).

Para melhor compreensão, Gava e Flores (2020) analisam um RDC-Arq como uma estrutura organizacional complexa, ou seja, composta por inúmeros aspectos (normativos, institucionais, entre outros) que vão além do uso de softwares e hardwares. Essa complexidade pode ser percebida no contexto da autenticidade e preservação permanente dos registros digitais. Esse repositório não deve ser comparado como uma simples tecnologia de armazenamento de DADs, ele representa um elemento fundamental e estratégico

dentro das políticas que garantem a integridade e o acesso aos registros digitais.

No contexto legal, a Resolução nº 51/2023 do Conarq orienta que um RDC-Arq pode ser utilizado em qualquer etapa do ciclo de vida documental (nas idades corrente, intermediária e permanente). Isso amplia as possibilidades de parâmetros de manutenção digital no uso desse repositório. O objetivo foi estabelecer determinados requisitos e parâmetros de preservação digital por um longo período de tempo para a produção crescente de milhares de registros digitais que são produzidos diariamente (Conarq, 2023).

Além disso, esse dispositivo legal permite que a manutenção digital seja flexível e respeite as singularidades e especificidades de cada tipo de documento. Desse modo, este repositório se torna uma ferramenta em destaque para a gestão pública, potencializando a segurança, a rastreabilidade, a confiabilidade e a disponibilidade das informações (Santos; Flores, 2021).

Essa ferramenta tecnológica de PD deve estar associada à manutenção dos documentos digitais ao longo do tempo, com autenticidade, confiabilidade, disponibilidade, além do acesso a qualquer momento e lugar. Alinhados a isso, os metadados, associados ao RDC-Arq, apresentam características fundamentais que descrevem, organizam e contextualizam os DADs, assim como o gerenciamento e acesso das versões e a recuperação precisa das informações (Gava; Flores, 2020; Conarq, 2023).

Com base no exposto, fica claro que um RDC-Arq, conforme as diretrizes do Conarq e a literatura especializada, são como uma opção estratégica e estruturada para enfrentar os desafios da conservação digital de documentos arquivísticos em organizações públicas. Integrado a sistemas e alinhado com as normas internacionais, como as diretrizes: ISO 14721:2025, ISO 23081:2017, ISO 16363:2012 e ISO 16919:2014. Dessa forma, esse instrumento tecnológico não só garante que as informações continuem acessíveis, mas também que os registros digitais mantenham a sua autenticidade, integridade e confiabilidade ao longo do tempo (Gava; Flores, 2020; ISO, 2025).

2 METODOLOGIA

Este trabalho adota um estudo de caso de natureza qualitativa, fundamentado na abordagem de Yin (2016), que se mostra adequada para examinar fenômenos em

profundidade dentro de seu contexto real, especialmente quando as fronteiras entre o objeto estudado e o ambiente em que ele se insere não estão claramente definidas.

A pesquisa possui caráter aplicado, com o objetivo de propor soluções práticas para a implantação de um Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) na Universidade Federal de Sergipe (UFS), alinhando-se às exigências técnicas e arquivísticas voltadas à preservação digital de longo prazo.

Em termos de objetivos, o estudo combina duas abordagens: A dimensão exploratória, ao buscar identificar desafios ainda pouco discutidos na literatura nacional sobre preservação digital arquivística em instituições públicas de ensino; E a dimensão descritiva, ao detalhar os fluxos documentais, os processos de digitalização, as rotinas internas de gestão de documentos digitalizados e os requisitos técnicos exigidos pelas normas arquivísticas — com destaque para a ausência de políticas institucionais consolidadas voltadas ao tema.

Observa-se que a unidade de análise escolhida foi o Departamento de Administração Acadêmica (DAA) da UFS, definido com base nos seguintes critérios:

- A existência de um volume expressivo de documentos digitalizados (cerca de 60 mil dossiês de discentes da graduação);
- A inexistência de um RDC-Arq implementado no setor;
- A formalização do acesso à documentação e aos espaços físicos para fins de pesquisa;
- E a relevância institucional do DAA como setor responsável pela guarda centralizada da documentação acadêmica da universidade.

Já a coleta de dados foi realizada por meio de análise documental, envolvendo um conjunto de 28 documentos institucionais produzidos entre 2015 e 2024, entre os quais se incluem: normas internas e regulamentos, relatórios anuais do DAA, comunicados e ofícios administrativos e a Resolução Conarq nº 51/2023, que estabelece diretrizes técnicas para a constituição de um RDC-Arq.

Ademais, foram incluídos documentos que continham menções diretas à gestão de registros acadêmicos e à preservação digital. Excluíram-se do corpus materiais desconectados da temática, como documentos oriundos de setores que não possuem responsabilidade sobre os dossiês estudantis ou sobre práticas de digitalização.

Outro ponto a ser observado é que embora a triangulação metodológica com

entrevistas ou observações diretas não tenha sido aplicada nesta pesquisa, reconhece-se que essa estratégia pode enriquecer investigações futuras ao incorporar a perspectiva dos profissionais envolvidos nos fluxos documentais.

Nessa perspectiva, a análise dos dados seguiu os princípios da análise de conteúdo, conforme propostos por Bardin (2015), sendo conduzida em três etapas principais: **1. Pré-análise** – leitura exploratória do material e organização do corpus documental; **2. Codificação**– identificação das unidades de registro que tratavam de temas como digitalização, autenticidade, preservação, acesso e interoperabilidade; **3. Categorização temática** – agrupamento dos dados em quatro categorias analíticas: Infraestrutura tecnológica; Segurança e confiabilidade; políticas e normativas institucionais; Práticas de gestão e arquivamento digital. Optou-se por não utilizar softwares de análise qualitativa como MAXQDA ou NVivo, tendo em vista o volume gerenciável dos dados e o foco analítico voltado majoritariamente a documentos institucionais com conteúdo normativo.

Dessa forma, a pesquisa foi dispensada de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução CNS nº 510/2016, por se basear exclusivamente em documentos institucionais públicos, sem envolvimento de dados pessoais ou identificáveis. Apesar disso, foram observadas as diretrizes de sigilo institucional, com cuidado especial quanto à integridade e à confidencialidade dos conteúdos acessados.

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

A análise dos documentos realizada pelo DAA teve como objetivo as práticas em relação à preservação dos registros acadêmicos digitalizados, no contexto da inexistência de um RDC-Arq. A partir dessa análise de conteúdo, conforme Bardin (2015), foi possível identificar, através do Quadro 3 a seguir, três categorias, são elas: a ausência de normativas internas da Universidade Federal de Sergipe, relacionadas ao uso de um RDC-Arq; às fragilidades nos procedimentos de preservação digital; e o potencial de um RDC-Arq como solução estratégica para preservar os registros digitais acadêmicos.

Quadro 3 – Categorias e Subcategorias identificadas na análise documental

Categorias	Subcategorias
Ausência de normativas internas	Inexistência de política arquivística específica
	Falta de regulamentação interna para documentos digitalizados
Fragilidade nas práticas arquivísticas	Armazenamento convencional e a falta de controle sobre autenticidade, integridade e confiabilidade
O potencial de um RDC-Arq como solução estratégica	Conformidade com a Resolução Conarq nº 51/2023
	Exemplo de implementação em outras IFES

Fonte: adaptado de Conarq (2023).

3.1 Ausência de normativas internas

A análise revelou que o DAA não possui normativas internas formalizadas que tratem da preservação digital da documentação acadêmica. Os documentos digitalizados, embora armazenados digitalmente, não seguem orientações técnicas específicas que garantam a autenticidade e a integridade desses registros ao longo do tempo. Essa lacuna normativa impacta diretamente a segurança jurídica e a confiabilidade das informações acadêmicas arquivadas.

No Plano de Desenvolvimento Institucional da UFS (PDI/UFS) 2020-2024, não foi constatada nenhuma menção ao uso de um RDC-Arq, assim como sugestão futura de uso desse repositório para a preservação digital dos documentos digitais acadêmicos. Sobre a manutenção dos registros digitais, nesse plano o que consta é uma informação direcionada a preservação digital do acervo acadêmico:

Do ponto de vista formal, o PDI é o principal documento institucional, constituindo-se em requisito indispensável para o credenciamento e/ou credenciamento da instituição. De acordo com o Artigo 21 do Decreto Nº 9.235/2017, observada a organização acadêmica da instituição, o PDI conterá, no mínimo, os seguintes elementos: VIII. projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais (UFS, 2021, p.28).

Já na seção 3º do PDI (2021-2025), sobre Governança Institucional, Comunicação e Transparência, no item 3.6 – Gestão da Informação Institucional, foram destacadas informações de como a política de gestão da informação institucional deve promover o gerenciamento dos registros através da implementação de acervo digital.

Entretanto, neste plano não é abordada a preservação digital da documentação dos discentes, sendo utilizado, com instrumento dessa manutenção, um RDC-Arq. Ademais, não foram localizados nenhum documento (portarias, resoluções, manuais, pareceres, relatórios) que apontassem a aplicabilidade desse repositório na instituição, especificamente no DAA.

3.2 Fragilidade nas práticas arquivísticas

Apesar do DAA realizar o gerenciamento dos documentos acadêmicos digitalizados, esse departamento utiliza práticas de armazenamento tradicionais, com servidores locais ou pastas em rede, sem adotar sistemas arquivísticos adequados. Isso compromete a confiabilidade dos dados a longo prazo e não cumpre os requisitos de preservação digital, como metadados e registros de auditoria. Abaixo, segue o Quadro 4 sobre o comparativo das práticas atuais do DAA e dos requisitos arquivísticos para a preservação digital.

Quadro 4 - Comparativo entre práticas atuais do DAA e requisitos arquivísticos para preservação digital

Elemento analisado	Prática atual no DAA	Requisito arquivístico segundo RDC-Arq
Política formal de preservação digital	Inexistente	Necessária
Controle de versões e metadados	Não implementado	Essencial
Garantia de autenticidade	Não assegurada	Obrigatória
Suporte tecnológico adequado	Armazenamento em rede local	Repositório confiável com backup

Fonte: adaptado Conarq (2023).

3.3 RDC-ARQ como solução estratégica

A aplicabilidade de um RDC-Arq, como um instrumento estratégico e tecnológico de PD dos DADs, que atende ao cumprimento das diretrizes arquivísticas do Brasil, é necessária para ser efetivada na UFS. Vale ressaltar que a Resolução Conarq n.º 51/2023 menciona esse repositório como a principal ferramenta para a manutenção do caráter digital da documentação arquivística, enfatizando os princípios da autenticidade, da integridade, da

confiabilidade e da acessibilidade.

Destaca-se nesse cenário que a carência do uso desta ferramenta na UFS provoca incertezas às atividades de manutenção da documentação acadêmica ao longo do prazo e à memória institucional da universidade. Segundo Gava e Flores (2020), um RDC-Arq não é somente uma ferramenta técnica, mas uma tecnologia necessária para a instituição manter os DADs preservados ao longo do tempo.

Outro fato importante é a experiência de outras Instituições de Ensino Superior (IES) nesse país com o uso de um RDC-Arq, o qual reforça sua segurança documental, a uniformidade de atividade e a sinalização jurídica. Isso porque já existem algumas IES que já usam essa tecnologia. Diante disso, segue o Quadro 5 sobre as vantagens da adoção do RDC-Arq em IES no Brasil.

Quadro 5 – Vantagens da adoção de um RDC-Arq em IES no Brasil

Instituição	Ano de Implementação	Impactos observados
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	2019	Aumento da segurança digital e normalização dos processos
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	2022	Garantia da preservação digital, acesso aos acervos e conformidade normativa
Universidade do Estado de São Paulo- UNESP	2017	Integração entre gestão documental e preservação digital

Fonte: Adaptado de UFSM (2019, 2020), UNIRIO (2022) e UNESP (2017).

3.4 Reflexões finais da análise

Partindo das considerações feitas anteriormente, este trabalho elenca a necessidade de a UFS, por meio do DAA, contribuir de maneira significativa para a preservação digital dessa instituição. O fato de inexistirem normas e diretrizes internas, considerando ainda que o arcabouço tecnológico para estabelecer diretamente a preservação digital é inadequado, evidencia uma ameaça para a memória digital acadêmica. Dessa forma, é necessário compreender a aplicabilidade de um RDC-Arq como instrumento tecnológico decisivo na garantia da segurança jurídica, na relevância dos direitos dos discentes e na atitude de transparência e responsabilidade da instituição frente à sociedade.

4 CONCLUSÃO

Considerando o contexto arquivístico do DAA, esta pesquisa confirma a importância de implantar um Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) na instituição, como medida estratégica para preservar a documentação acadêmica digital. A análise de documentos, realizada segundo a técnica de Bardin (2015), revelou carência de normativas internas e fragilidade nas práticas de preservação dos Documentos Arquivísticos Digitais (DADs). Ainda assim, o RDC-Arq se apresenta como solução compatível com a legislação em vigor e com as diretrizes arquivísticas nacionais.

Observa-se a inexistência de políticas arquivísticas formais e de diretrizes claras para a preservação dos dossiês acadêmicos digitalizados, o que compromete a autenticidade, a integridade e a confiabilidade desses documentos, além da segurança jurídica da instituição. Ademais, a ausência de referência ao RDC-Arq no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), em portarias e em outras resoluções evidencia a necessidade de maior engajamento institucional com a governança da informação e a memória acadêmica digital.

Outra questão relevante está na comparação entre as práticas atuais do DAA e os requisitos definidos pela Resolução Conarq nº 51/2023 evidenciou lacunas significativas que comprometem a conformidade arquivística e a longevidade dos registros digitais. Os dados indicam que a preservação dos registros digitais não se configurou como operacional e estratégica, sem apoio técnico e normativo adequado. Assim, a implementação de um RDC-Arq na UFS representa, não só uma modernização da gestão documental, como uma ação de responsabilidade institucional em relação à transparência, legalidade e continuidade administrativa. Uma vez que as experiências de sucesso de outras Instituições de Ensino Superior (IES) como a UFSM, UNIRIO e UNESP evidenciam a segurança informacional, o uso do repositório, a padronização dos fluxos documentais e o respeito à legislação vigente são fundamentais.

Dessa forma, constata-se que um RDC-Arq deve ser adotado como prioridade institucional da UFS, especialmente no DAA, para consolidar uma política sólida e duradoura de preservação digital que garanta a integridade do patrimônio documental e a efetividade dos direitos acadêmicos dos discentes, fortaleça a memória institucional e legitime a universidade como um agente comprometido com a gestão pública eficiente e transparente.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. São Paulo: Edições 70, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ. Resolução Conarq n.º 43, de 4 de setembro de 2020. Estabelece as diretrizes para a implementação do Repositório Arquivístico Digital Confiável – RDC-Arq. **Diário Oficial da União**, seção 1, n. 171, Brasília, DF, p. 33, 8 set. 2020. Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=34&data=08/09/2015> Acesso em: 10 abr. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ. Resolução n.º 51, de 25 de agosto de 2023. Dispõe sobre as Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – Versão 2. **Diário Oficial da União**, seção 1, n. 91, Brasília, DF, p. 89, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-conarq-no-51-de-25-de-agosto-de-2023>. Acesso em: 10 abr. 2025.

DORNELES, S. L.; CORREA, R. F.; FLORES, D. Repositórios arquivísticos digitais confiáveis (rdc-arq): conceitos, padrões e tecnologias. **Informação & Informação**, Paraná, v. 28, n. 4, 2023. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/50528>

Acesso em: 10 abr. 2025.

GAVA, T. B. S.; FLORES, D. Repositórios arquivísticos digitais confiáveis (rdc-arq) como plataforma de preservação digital em um ambiente de gestão arquivística. **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 2, 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38411> Acesso em: 10 abr. 2025.

GAVA, T. B. S.; FLORES, D. O papel do archivemática no rdc-arq e possíveis cenários de uso. **Ágora: Arquivologia em debate**, Santa Catarina, v. 31, n. 63, 2021. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1018> Acesso em: 10 abr. 2025.

GAVA, T. B. S.; XAVIER, R. A.; MORAES, M. F.; FLORES, D. Proposta de implantação de RDC-ARQ no governo do estado do Espírito Santo. **Ágora: Arquivologia em debate**, Santa Catarina, v. 34, n. 68, 2024. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1235> Acesso em: 10 abr. 2025.

INTERNATIONAL STANDARDIZATION ORGANIZATION - ISO. **ISO 14721**:2025.

OPEN ARCHIVAL INFORMATION SYSTEM (OAIS) – Reference model. Geneva: ISO, 2025.

INTERNATIONAL STANDARDIZATION ORGANIZATION - ISO. **ISO 23081**: 2017. Informação e documentação: Processos de gestão de registros: Metadados para registros. Geneva: ISO, 2017.

INTERNATIONAL STANDARDIZATION ORGANIZATION - ISO. **ISO 16363**:2012. Sistemas de transferência de dados e informações espaciais: Auditoria e certificação de repositórios digitais

confiáveis. Geneva: ISO, 2012.

INTERNATIONAL STANDARDIZATION ORGANIZATION - ISO. **ISO 16919:2014**. Sistemas de transferência de dados e informações espaciais: Requisitos para organismos que fornecem auditoria e certificação de repositórios digitais confiáveis candidatos. Geneva: ISO, 2014.

SANTOS, H. M.; FLORES, D. A Obsolescência do Conhecimento em Preservação Digital. **Ciência da Informação em Revista**, Alagoas, v. 5, n. 1, 41–58, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/cirev.%y541-58>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SANTOS, H. M.; FLORES, D. Open archival information system: análise do modelo funcional no contexto da arquivística. **Revista Brasileira de Preservação Digital**, São Paulo, v. 2, 2021. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rebpred/article/view/15814>. Acesso em: 07 ago. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” - UNESP. **Política de preservação digital para documentos de arquivo da UNESP**. São Paulo: Unesp, 2017. Versão 1.0. Disponível em: <https://www2.unesp.br/Home/cppd/politica-de-preservacao-digital-para-documentos-de-arquivo-da-unesp-v-1.0.pdf>. Acesso em: 01 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM. **Política de preservação e acesso aos documentos arquivísticos digitais da UFSM**. Santa Maria: UFSM, 2019. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/resolucao-n-012-2019>. Acesso em: 22 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM. **Resolução nº 001, de 6 de janeiro de 2020**. Estabelece normas para a utilização de documentos digitais e a presunção de autenticidade no âmbito da UFSM. Santa Maria: UFSM, 2020. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/resolucao-n-001-2020>. Acesso em: 07 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2021-2025**. São Cristóvão: UFS, 2021. Disponível em: https://pdi.ufs.br/uploads/page_attach/path/13917/PDI_compressed.pdf. Acesso em: 01 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO. **Política de Preservação para Documentos Arquivísticos Digitais**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2022. Disponível em: https://www.unirio.br/arquivocentral/arquivos/Politica_de_preservacao_para_documentos_arquivisticos_digitais_UNIRIO.pdf. Acesso em: 01 out. 2024.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016.